



NÓS-Unidade Popular diante da reforma da Lei eleitoral anunciada pelo Partido Popular

NOS-UP :: 04/08/2012

Deixamos claro desde já o nosso rejeitamento frontal à proposta apresentada pelo Partido Popular

O debate sobre a necessária reforma da legislação eleitoral nom é novo e volta periodicamente à atualidade, dado o caráter deficitário do ordenamento jurídico espanhol nessa matéria. No entanto, um importante setor do aparelho institucional e de poder do Estado espanhol, o mais reacionário e contrário a qualquer avanço, nom só nom está disposto a essa democratização, como pretende aprofundar os traços mais restritivos e antidemocráticos da normativa atual. A esquerda independentista representada por NÓS-Unidade Popular já se tem manifestado no passado sobre este tema e considera necessário voltar a fazê-lo para introduzir critérios que nengumha outra força política da Galiza colocou. Em lugar de se debater a verdadeira e imprescindível democratização pendente, uns e outros, inclusive algumas forças extra-parlamentares com expetativas de acesso ao Parlamento nas próximas eleições autonómicas, limitam-se a especular com os seus interesses particulares diante da evidente tentativa, por parte do PP, de blindar a sua maioria e reduzir o peso da oposição parlamentar. É esse objetivo, quando o PP perde mais e mais simpatias sociais inclusive entre o seu eleitorado tradicional, e nom a falsa austeridade agitada polo próprio Núñez Feijó, que explica a proposta do PP de reduzir o número de representantes na cámara autonómica (de 75 para 61). A elevação do número de votos necessários para aceder e o aumento dos incentivos eleitorais às forças maioritárias, consubstanciais ao vigorante sistema d'Hont, supom umha tentativa desesperada do PP por manter nom só o seu próprio poder atual, mas também o reforço para umha eventual candidatura "de concentração nacional" que poda vir num futuro próximo para somar os votos do PP e do PSOE e manter a "estabilidade institucional" do atual regime espanhol. NÓS-Unidade Popular quer reiterar os critérios que devem alicerçar umha reforma progressiva da Lei eleitoral, umha reforma pendente e que nengum dos partidos hoje representados nas instituições assume, já que suporia o fim dos privilégios que umhas poucas siglas eleitas polos grandes poderes económicos desfrutam para precisamente gerirem os interesses concretos desses poderes. Convém lembrar que tanto PSOE como BNG pudérom fazer umha reforma ambiciosa que, por exemplo, suprimisse os 5% de percentagem mínima imposta polo PP de Fraga para aceder ao Parlamento, mas preferírom manter essa barreira que também os beneficiava. Os três grandes partidos som co-responsáveis e están envolvidos nuns interesses comuns que impedem a ruptura da atual lógica partidocrática e permitem o reforçamento dessa lógica corrupta e antidemocrática. Deixamos claro desde já o nosso rejeitamento frontal à proposta apresentada polo Partido Popular, que representa mais um passo atrás desta democracia burguesa de baixíssima intensidade, em tempos de crise terminal capitalista. Por último, a esquerda independentista galega representada por NÓS-UP reitera alguns conteúdos imprescindíveis para umha verdadeira transformação progressista da Lei eleitoral: - Derrogação da Lei d'Hont como parámetro para estabelecer a representatividade das forças políticas, adotando um sistema que recolha a verdadeira dimensom eleitoral de cada lista, sem qualquer

incentivo às maioritárias como os que na atualidade existem. - Substituição das circunscrições atuais de tipo provincial, totalmente alheias à Galiza, por distritos de base comarcal e metropolitana, acorde com a realidade nacional e social galega. - Limitação de mandatos a duas legislaturas e da quantia dos salários dos cargos públicos à média dos salários existentes na Galiza atual. - Eliminação da distribuição por parte dos partidos ou agrupamentos de boletins de voto durante a campanha eleitoral. Cada eleitor/a receberá no seu respectivo colégio eleitoral, após ter entregado o cartom eleitoral, um único boletim onde aparecerão todas as forças políticas, tendo que marcar a que deseja apoiar. - Retirada dos subsídios públicos e proibição dos subsídios privados milionários aos partidos políticos maioritários, incluída a supressão das milionárias campanhas eleitorais, substituindo-as por outras de caráter informativo por parte de todas as candidaturas proibindo apoios económicos e propagandísticos preferentes por parte das instituições públicas e dos poderes privados. - Implementação de novas vias de participação e movimentação social mediante consultas, referendos, métodos de decisão abertos e assembleares, dotando a paróquia e o bairro de personalidade jurídico-política como unidade de participação popular. - Simplificação da Iniciativa Legislativa Popular (ILP), reduzindo a 10 mil o número de assinaturas necessárias, definindo a Comunidade Autónoma como circunscrição eleitoral única, e alargando a 5 meses o prazo máximo de recolha de apoios. - Concessão dos direitos e deveres de cidadania, incluída a participação plena nos processos eleitorais, a todas aquelas/es imigrantes que residirem mais de seis meses na Comunidade Autónoma e assim o desejarem. - Os meios de comunicação públicos sob controlo da Administração autonómica, -Rádio Galega e TVG-, em defesa do pluralismo e a democracia, serão obrigados a emitirem “tempos de antena” de todas as organizações, entidades, associações, grêmios, etc, sem exclusões de nenhum género, para que possam exprimir as suas opiniões. - Aplicação de sistemas de controlo dos representantes mediante mecanismos de revogabilidade e fiscalização popular. - Fomento da participação, controlo e gestão popular das políticas económicas, sociais, culturais e ambientais. - Medidas rápidas e exemplarizantes contra a corrupção, o clientelismo e os privilégios da casta política. Inabilitação de todos aqueles cargos públicos e dirigentes políticos envolvidos em casos de corrupção, incumprimento da legislação laboral, ou condenados por delitos de violência machista. Direção Nacional de NÓS-Unidade Popular Galiza, 2 de agosto de 2012

<https://galiza.lahaine.org/nos-unidade-popular-diante-da-reforma-da>